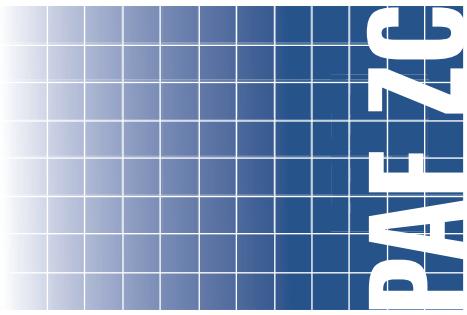


III Plano de Ação Federal para a Zona Costeira

2015 / 2016





III Plano de Ação Federal para a Zona Costeira

2015/2016

Presidência da República
Dilma Rousseff

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

Secretaria Executiva
Carlos Augusto Klink

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos
Cassandra Maroni Nunes

Diretoria de Zoneamento Territorial
Adalberto Sigismundo Eberhard

Ministério da Defesa
Aldo Rebelo

Secretaria Executiva
Joaquim Silva e Luna

Marinha do Brasil
Eduardo Bacellar Leal Ferreira
ALMIRANTE-DE-ESQUADRA

Secretario da Comissão Interministerial para Recursos do Mar
Calte José Augusto Vieira da Cunha de Menezes

Subsecretario para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
CMG Celso Moraes Peixoto Serra

EQUIPE TÉCNICA

Gerência Costeira
Márcia Regina Lima de Oliveira
Flávia Cabral Pereira
Angelita de Souza Coelho
Salomar Mafaldo de Amorim Junior
Bruna Teixeira Pandolfo da Costa e Silva
Victor Hugo Alves Pereira

Ministério do Meio Ambiente



III Plano de Ação Federal para a Zona Costeira

2015/2016

MMA

Brasília, 2016

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)
Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)
Membros do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)

Ministério do Meio Ambiente

*Adalberto Eberhard
Robson José Calixto de Lima*

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

*Maria Rita Fontes Faria
Bárbara Boechat de Almeida*

Ministério dos Transportes (MT)

*Adilson Abade da Silva
Cibele Dutra de França*

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

*Eduardo von Glehn Nobre
Marcus Vinicius Gomes da Costa e Silva*

Ministério de Minas e Energia (MME)

*Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos
Renato Lima Figueiredo Sampaio*

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

*Aloysio Novais de Carvalho Silva
Luís Fernando Magnani de Oliveira*

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI)

*Andréa Cancela da Cruz-Kaled
Andrei de Abreu Sodré Polejack*

Ministério do Turismo (MTur)

*Wilken José Souto Oliveira
Cristiano Araújo Borges*

Ministério da Integração Nacional (MI)

*Vaico Oscar Preto Filho
Cássio Guilherme Rampinelli*

Ministério das Cidades (MCidades)

*Fernanda Ludmila Elias Barbosa
Talitha Bensiman Ciampi*

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

*Luciene Mignani
Rodrigo Roubach*

Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR)

*Rita de Cássia Vandanezi Munck
Uirá Cavalcante Oliveira*

Ministério Público Federal (MPF)

*Gisèle Elias de Lima Porto Leite
Sheila Cavalcante Pitombeira (ABRAMPA)*

Estado-Maior da Armada (EMA/MB)

*Teresa Cristina Cavalcanti Soares
Carlos Frederico Freitas de Abreu*

Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM/MB)

*Celso Moraes Peixoto Serra
Flávio Luiz Giacomazzi*

Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP)

*Luciano Ricardo Azevedo Roda
André Luís Pereira Nunes*

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Fabiola Nunes Derossi

Henrique Anatole C. Ramos

Empresa de Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)

Ivan Cesar Lobo Rezende

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Ana Paula Leite Prates

Kátia Torres Ribeiro

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

Marcos Maia Porto

Maria Luiza Almeida Gusmão

Agência Nacional de Águas (ANA)

Joaquim Guedes Correa Gondim Filho

José Luiz Gomes Zoby

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)

Andréa Olinto

Luiz Eduardo Moraes

Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA)

Antonio Fernandes Cavalcante Junior

ONG indicada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Yara Schaeffer-Novelli (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental)

Luiz Mourão de Sá (Instituto para o Desenvolvimento Ambiental - DF)

Subgrupo das Coordenações Estaduais do Gerenciamento Costeiro (G-17)

Ana Maria Teixeira Marcelino (Representante NE)

Eduardo Trani (Representante S-SE)

Diana da Silva Castro (Representante N-NE)

Clézio da Silva Fonseca (Suplente N-NE)

Representante da Comunidade Científica

Marcus Polette (Univali)

Alexander Turra (USP)

Confederações Nacionais

Alexandre Sampaio (Confederação Nacional do Comércio – CNC)

Luis Fernando Resano (Confederação Nacional do Transporte - CNT)

Gabriel Calzavara de Araújo (Confederação Nacional da Indústria - CNI)

Guilherme de França Teixeira (Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF)

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Ana Beatriz Stepple

Luciene Ferreira Pedrosa

Serviço Geológico do Brasil - Companhia Pesquisa Recursos Minerais (CPRM)

Hortência Maria Barboza de Assis

Márcio Martins Valle

Centro Nacional de Informação Ambiental - Ibama

Revisão

Maria José Teixeria

Projeto Gráfico/Diagramação

Paulo Luna

SUMÁRIO

Contexto e objetivos gerais	7
Plano de Ação Federal para a Zona Costeira para o biênio 2015-2016 (III PAF-ZC)	9
Direcionamento	9
Premissas gerenciais: monitoramento e governança	10
Quadro de ações e cronograma	10
Anexo - Histórico do processo de elaboração do III PAF-ZC	18

■ Contexto e objetivos gerais

O Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco), criado pela Portaria Ministerial nº 440/MB, de 1996, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tem como objetivo promover a articulação das ações federais incidentes na zona costeira, a partir do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC), com vistas a apoiar a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

Compõem o GI-Gerco, com direito a voto, um representante de cada ministério, das secretarias especiais da Presidência da República, das agências reguladoras e empresas públicas com políticas incidentes na zona costeira, bem como os representantes de cada uma das seguintes instituições: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma); Subgrupo de Integração dos Estados (G-17); ONG indicada pelo Conama; Ministério Público Federal, entre outras. A composição atual desse Grupo de Integração foi designada pela Portaria nº 488/MB, de agosto de 2013.

O PAF-ZC é um instrumento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, instituído pela Lei nº 7.661/88, criado e regulamentado pelo Decreto nº 5.300/04, que visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação.

O Plano estabelece um referencial acerca da atuação da União na região, apresentando uma síntese das ações federais priorizadas para o planejamento e gestão da zona costeira.

A terceira versão do PAF-ZC, para o biênio 2015-2016, é resultado do processo de revisão e atualização do último plano (2005), que contou com efetiva participação dos setores e grupos representados no GI-Gerco.

Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (biênio 2015-2016)

Direcionamento

Com base na metodologia de elaboração deste III PAF-ZC (planejamento estratégico situacional, com árvore de problemas participativa), foi considerada uma estrutura geral que orienta de forma macro as linhas de atuação (Tabela 1).

Essa estrutura foi organizada a partir das soluções/ações propostas, considerando os problemas centrais identificados para a zona costeira.

Todas as ações buscam o uso sustentável e harmônico dos recursos e do espaço territorial costeiro, eixo principal que norteia este III PAF-ZC.

Direcionadores da ação:

- i) melhoria da qualidade ambiental costeira e estuarina;
- ii) melhor articulação institucional para elaborar e efetivar ações;
- iii) hierarquização e priorização de ações na zona costeira.

As ações priorizadas estão direta e/ou indiretamente relacionadas a um ou mais direcionadores.

Tabela 1: Questões centrais e ações prioritárias do III PAF-ZC (biênio 2015-2016)

Direcionadores	Ações Priorizadas
	Identificar as estruturas de dados oceanográficos existentes
	Definir parâmetros de diretrizes para o monitoramento da zona costeira (dados físicos) e identificar lacunas e sobreposições
	Identificar e diagnosticar as insuficiências da gestão de resíduos sólidos e efluentes produzidos nas áreas portuárias e embarcações
	Efetivar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na atividade portuária
	Producir diagnóstico de saneamento por município costeiro
	Promover a gestão compartilhada de Resíduos Sólidos nos municípios da zona costeira
	Elaborar metodologia para estatística pesqueira em nível nacional
	Elaborar e implementar versão básica do Sigerco no Portal MMA
	Organizar a base de dados para revisar o macrodiagnóstico da zona costeira, a partir da integração das dimensões ambiental, econômica, social e cultural
	Conscientizar sobre educação ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítimo
	Promover fóruns de discussão e integração dos planejamentos setoriais
	Reavaliar os incentivos/condicionantes à adesão ao Projeto Orla
	Promover ações de treinamento e capacitação voltadas para a zona costeira
	Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na linha da costa
	Promover o Projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro
Uso Sustentável e Harmônico de Recursos e do Espaço Territorial Costeiro	Melhor Articulação Institucional para Elaborar e Efetivar Ações
	Hierarquização e Priorização nas Ações na Zona Costeira

Premissas gerenciais: monitoramento e governança

O III PAF-ZC tem vigência no biênio 2015-2016 e seu monitoramento é realizado a cada sessão ordinária do GI-Gerco, quando os responsáveis pelas ações devem apresentar o

andamento¹ das mesmas, incluindo as alterações e as novas propostas de atuação.

Observações e contribuições podem ser acolhidas por meio de análises situacionais sobre a efetividade/impacto das medidas.

Quadro de ações e cronograma

Nº	Soluções, Medidas e Ações	Observação	Responsável	Prazo proposto para conclusão			
				2015		2016	
				1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM
1	Identificar as estruturas de dados oceanográficos e existentes	Atividade preparatória para definir parâmetros e diretrizes para o monitoramento da zona costeira	MCTI/MMA/Comunidade Científica	X			
2	Definir parâmetros e diretrizes para o monitoramento da zona costeira (dados físicos) e identificar lacunas e sobreposições		MCTI/MMA		X		
3	Conscientizar sobre educação ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítimo		EMA/MB/DPC/PPG-Mar/ MMA/MPF/SPU/SEP	X			
4	Promover fóruns de discussão e integração dos planejamentos setoriais		ANTAQ/MCidades/MPA/ MME/MMA/MPF/SPU/SEP		X		
5	Producir diagnóstico de saneamento por município costeiro		MCidades/SEP/ANTAQ		X		
6	Identificar e diagnosticar as insuficiências da gestão de resíduos sólidos e efluentes produzidos nas áreas portuárias e embarcações		ANTAQ/SEP/MCidades			X	
7	Reavaliar os incentivos/condicionantes à adesão ao Projeto Orla		MMA/SPU/MCidade/MPF/ MTur/MI/Comunidade Científica/G-17			X	
8	Elaborar e implementar versão básica do Sigerco no Portal MMA		MMA/Comunidade Científica/G-17	X			
9	Efetivar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na Atividade Portuária		SEP/ANTAQ/MCidades		X		
10	Promover ações de treinamento e capacitação voltadas para a zona costeira		M M A / C o m u n i d a d e s Científica/MPF/SPU/G-17		X		
11	Integrar e articular o Projeto Orla aos Planos Diretores Municipais		MMA/MCidades/Mtur/MI/ SPU		X		
12	Organizar a base de dados para revisar o macrodiagnóstico da zona costeira a partir da integração das dimensões ambiental, econômica, social e cultural		MMA				X
13	Promover a gestão compartilhada de resíduos sólidos nos municípios da zona costeira		MMA (SRHU/DAU)/MCidades/Comunidade Científica/G-17				X
14	Elaborar metodologia para estatística pesqueira em nível nacional		MPA/MP				X
15	Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na linha da costa		MI/MCidades/SPU/SEP/Ibama/Comunidade Científica	X			
16	Promover o Projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro		MPF/MMA				

¹ O acompanhamento do III Plano de Ação Federal para a zona costeira é feito por meio de relatórios que incluem, no mínimo, as fichas de monitoramento definidas neste documento.

Fichas de monitoramento das ações

Nº	01
Ação:	Identificar estruturas de dados oceanográficos.
Responsáveis:	MCTI/MMA/Comunidade científica.
Coordenador:	MCTI.
Detalhamento:	Workshop para apresentar os bancos de dados oceanográficos disponíveis e permitir a identificação de lacunas e sobreposições de dados.
Obs.:	Serão convidados os atores responsáveis pela geração e gestão de dados oceanográficos no País. Atividade preparatória para definir parâmetros e diretrizes para o monitoramento da zona costeira.
Métrica/meta:	Um relatório com identificação das bases de dados e da matriz de variáveis disponíveis nesses bancos de dados. Resultado do workshop realizado até 30/6/2015.

Nº	02
Ação:	Definir proposta de parâmetros e diretrizes para o monitoramento da zona costeira (dados físicos) e identificar lacunas e sobreposições.
Responsáveis:	MCTI/MMA.
Coordenador:	MCTI.
Detalhamento:	a definir.
Obs.:	
Métrica/meta:	Um relatório com a proposta acordada de diretrizes e parâmetros para o monitoramento da zona costeira até 30/11/2015.

Nº	03
Ação:	Conscientização sobre educação ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítimo.
Responsáveis:	MB/DPC/PPG-Mar/EMA/MMA-DEA.
Coordenador:	EMA.
Detalhamento:	Trabalhar em conjunto com o representante do EMA e do Ensino Profissional Marítimo para conhecer os cursos existentes, seus públicos-alvo e ermentas, para verificar a necessidade e possibilidade de aprofundamento na temática de educação ambiental e gerenciamento costeiro. Revisão e proposta de adequação dos conteúdos atualmente aplicados no Ensino Profissional Marítimo (EPM) (ampliação do foco educacional equilibrado com o legal).
Obs.:	
Métrica/meta:	Programa de educação do EPM revisado até 30/9/2015.

Nº	04
Ação:	Promover fóruns de discussão e integração dos planejamentos setoriais.
Responsáveis:	Antaq/MCidades/MPA/MME/MMA/MPF/SPU/SEP.
Coordenador:	MPF.
Detalhamento:	Construir novo detalhamento.
Obs.:	
Métrica/meta:	Dois fóruns realizados até 31/11/2015.

Nº	05
Ação:	Producir diagnóstico de saneamento por município costeiro.
Responsáveis:	MCidades/SEP/Antaq.
Coordenador:	MCidades.
Detalhamento:	O diagnóstico de saneamento por município costeiro deve incluir um conjunto de propostas ou medidas para acelerar sua implementação (rol de obras estratégicas, estímulos e incentivos possíveis).
Obs.:	
Métrica/meta:	Um relatório apresentando o diagnóstico de saneamento por município costeiro até 30/11/2015.

Nº	06
Ação:	Identificar e diagnosticar as insuficiências da gestão de resíduos sólidos e efluentes produzidos nas áreas portuárias e em embarcações.
Responsáveis:	Antaq/SEP/MCidades.
Coordenador:	
Detalhamento:	Avaliação, baseada no IDA, dos principais resultados da evolução da gestão de resíduos (PGRS e atendimento a embarcações/Gisis) para portos públicos, além do acompanhamento deste item para pontos fortes e pontos fracos (TUPs).
Obs.:	
Métrica/meta:	Portos com acompanhamento implantado até 30/6/2016.

Nº	07
Ação:	Reavaliar os incentivos/condicionantes à adesão ao Projeto Orla.
Responsáveis:	MMA/SPU/MCidades/MPF/MTurismo/MI/Comunidade científica/G-17.
Coordenador:	SPU.
Detalhamento:	Elaborar proposta de incentivos federais aos municípios participantes do Projeto Orla, de forma que obtenham apoio (político, técnico e financeiro) para a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Integrada da Orla (PGI).
Obs.:	
Métrica/meta:	Um relatório com proposta de incentivos/condicionantes (financeiros, fiscais e/ou institucionais) elaborado até 30/6/2016.

Nº	08
Ação:	Elaborar e implementar versão básica do Sigerco no Portal MMA.
Responsável:	MMA/Comunidade científica/G-17.
Coordenador:	MMA.
Detalhamento:	Apresentar a primeira versão do Sigerco no Portal MMA, com ações sobre governança costeira.
Obs.:	
Métrica/meta:	Um manual de usuário da versão básica do Sigerco elaborado e um conjunto de páginas implementadas no Portal do MMA até 30/11/2015.

Nº	09
Ação:	Efetivar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na Atividade Portuária.
Responsáveis:	SEP/Antaq/MCidades.
Coordenador:	A definir.
Detalhamento:	A definir.
Obs.:	
Métrica/meta:	Portos com plano de gestão de resíduos sólidos em vigor/fiscalização até 30/6/2016.

Nº	10
Ação:	Promover ações de treinamento e capacitação voltados para a zona costeira.
Responsáveis:	MMA/Comunidade científica/MPF/SPU/G-17.
Coordenador:	Comunidade científica.
Detalhamento:	Promoção de cursos presenciais e/ou semipresenciais voltados à difusão do conhecimento para o desenvolvimento e aprimoramento das ações de gestão da zona costeira. O GT define formato, ementa, público e locais.
Obs.:	
Métrica/meta:	Dois cursos realizados até 30/6/2016.

Nº	11
Ação:	Integrar e articular o Projeto Orla aos planos diretores municipais.
Responsáveis:	MMA/MCidades/MTurismo/MI/SPU.
Coordenador:	MCidades.
Detalhamento:	Desenvolver proposta metodológica (como fazer) para a elaboração/revisão dos planos diretores municipais que integram as diretrizes do Projeto Orla.
Obs.:	
Métrica/meta:	Um roteiro (proposta metodológica) elaborado e formalizado para os municípios até 30/6/2016.

Nº	12
Ação:	Organizar base de dados para revisar o macrodiagnóstico da zona costeira, a partir da integração das dimensões ambiental, econômica, social e cultural.
Responsável:	MMA.
Coordenador:	MMA.
Detalhamento:	Identificação da situação atual das informações dos diversos órgãos federais, estaduais e municipais, para viabilizar o macrodiagnóstico da zona costeira.
Obs.:	Etapa preparatória para o macrozoneamento da ZC.
Métrica/meta:	Um relatório contendo o inventário de documentos, shapes, bases de dados atuais da zona costeira até 30/11/2016.

Nº	13
Ação:	Promover a gestão compartilhada de resíduos sólidos nos municípios da zona costeira.
Responsáveis:	MMA (SRHU/DAU)/MCidades/Comunidade científica/G-17.
Coordenador:	
Detalhamento:	Elaboração de estudos de regionalização em parceria com os 17 estados costeiros.
Obs.:	
Métrica/meta:	17 estudos de regionalização elaborados até 30/11/2016.

Nº	14
Ação:	Elaborar metodologia para estatística pesqueira em nível nacional.
Responsáveis:	MPA/MP (IBGE).
Coordenador:	
Detalhamento:	Elaborar proposta com alternativas metodológicas para a realização de estatísticas pesqueiras (oceânica e continental).
Obs.:	
Métrica/meta:	Um relatório apresentando propostas metodológicas até 30/11/2016.

Nº	15
Ação:	Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na linha da costa.
Responsáveis:	MMA/MI/MCidades/SEP/SPU/Ibama/Comunidade científica/CPRM.
Coordenador:	MI.
Detalhamento:	O guia será desenvolvido no âmbito do Termo de Cooperação nº 02/2011 firmado entre o MMA e a UFSC, sob coordenação do GT-GROPC (Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos e Obras de Proteção Costeira), que é um subgrupo do GI-Gerco.
Obs.:	1. Será constituído um núcleo de trabalho, subgrupo do GT-GROPC, multidisciplinar e específico, para desenvolver o plano de trabalho e gerenciar o desenvolvimento do guia de orientações. 2. O GT-GROPC. 3. O MTurismo participará sob demanda.
Métrica/meta:	Um guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na linha da costa.

Nº	16
Ação:	Promover o projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro.
Responsável:	MPF/MMA.
Coordenador:	MPF.
Detalhamento:	Preliminar: guia de orientação para os órgãos do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual terem articulação e cooperação com os órgãos intervenientes na zona costeira, para diminuir as demandas e promover melhorias do gerenciamento costeiro.
Obs.:	
Métrica/meta:	A definir

ANEXO

1. Histórico do processo de elaboração do III PAF-ZC

A Oficina de Revisão do III PAF-ZC foi realizada nos dias 21 e 22 de maio de 2014 na Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O evento reuniu 36 participantes, membros integrantes do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco). O apoio metodológico para a condução da oficina foi da SPI, do Ministério do Planejamento.

Os participantes trabalharam colaborativamente e no primeiro dia foi montada a árvore de problemas (Figura 1), que estabeleceu como problema central para a zona costeira os “conflitos de uso dos recursos e do espaço territorial”, tendo como causas diretas três outros problemas:

- i) comprometimento da qualidade ambiental costeira e estuarina;
- ii) governança: ausência/deficiência de articulação institucional para elaborar e efetivar ações”;
- iii) ausência de hierarquia e prioridade nas ações.

Cada um desses problemas foi decomposto em vários outros, tentando chegar aos problemas terminais, ou seja, os que não se desdobram em outros problemas e sobre os quais seria possível atuar diretamente.

Os participantes elegeram, por meio de um processo de pontuação, os 12 problemas terminais mais relevantes, dos quais destacam-se os três considerados mais significativos:

- 1.Baixa internalização da dimensão ambiental nas políticas setoriais (32 pontos);
- 2.Falta de monitoramento sistemático para Zona Costeira (28 pontos);
- 3.Falta de estudos integradores sobre atividades setoriais e usos estratégicos na área costeira (27 pontos);

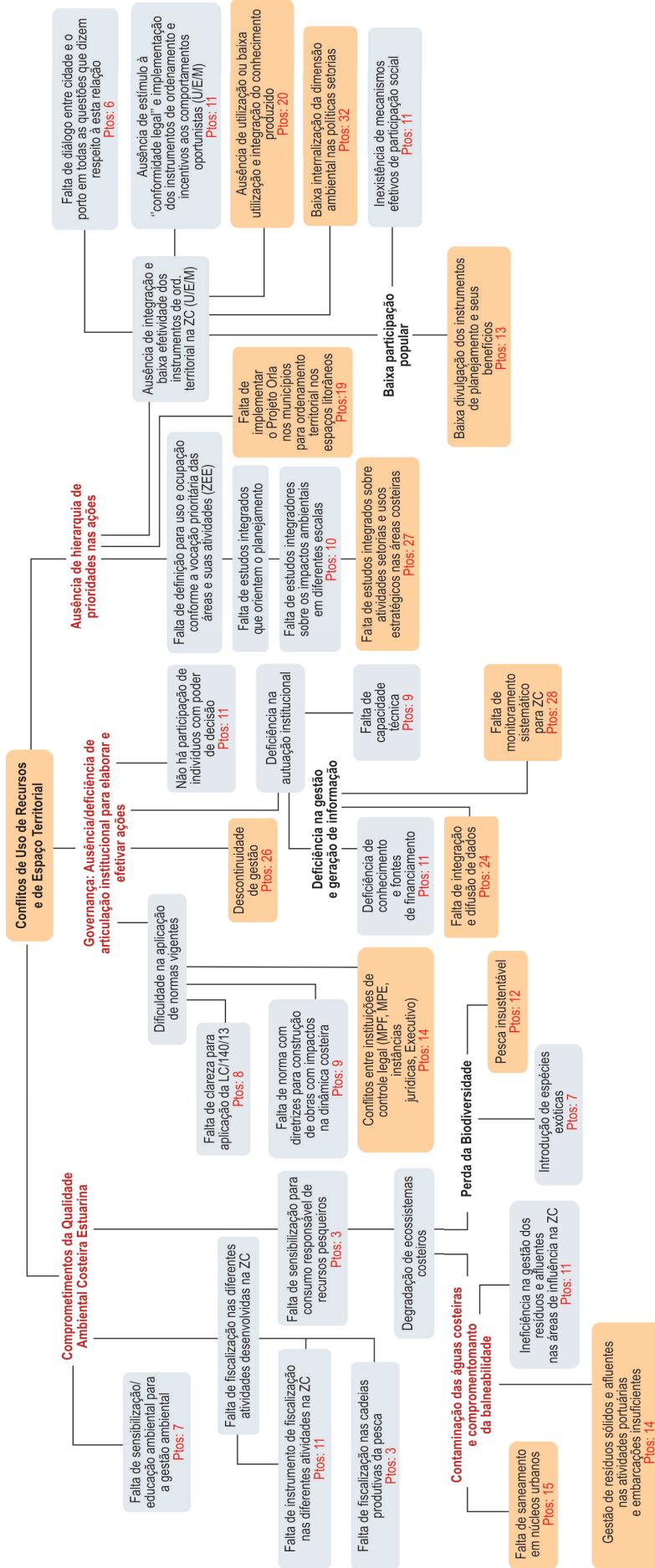


Figura 1: Árvore de problemas desenhada na Oficina do III PAF-ZC (maio/2014).

No segundo dia da oficina foram identificadas as possíveis soluções para os problemas, destacando: realização de planejamento estratégico, de médio prazo, para a zona costeira, a ser conduzido pelo GI-Gerco; realização do macrozoneamento da zona costeira como forma de integração dos planejamentos setoriais; estudo e ajustes para a proposição de parâmetros e protocolos para monitoramento da zona costeira e promoção do diálogo entre o PPA federal e os PPAs estaduais e municipais, em relação às ações dessa área.

A etapa de priorização das soluções e identificação de responsáveis e fontes de recursos foi realizada virtualmente entre os dias 27/05/2014 e 18/06/2014.

Para priorizar as ações propostas pelos membros do GI-Gerco foram utilizados os seguintes métodos e critérios, respeitando a ordem:

Para priorizar as ações propostas pelos membros do GI-Gerco foram utilizados os seguintes métodos e critérios, respeitando a ordem:

1. Efetividade, exequibilidade, fonte de financiamento e rastreabilidade da ação: pontuação de 1 a 5 para cada solução, sendo o maior valor atribuído a melhor capacidade de resposta aos referidos critérios;
2. Pontuação, refletindo critérios de priorização, obtida por meio das contribuições enviadas ex-post, onde: contribui para a solução do problema = 1 ponto; importante para a solução do problema = 2 pontos; muito importante para a solução do problema = 3 pontos. Esta pontuação foi realizada de forma individual por representantes de cada setor/segmento participante da oficina e enviada por e-mail para equipe do MMA e MP, que realizou análise e compilação dos dados.
3. Análise visual da prioridade de acordo com as contribuições enviadas ex-post pelos atores participantes, onde: contribui para a solução do problema = verde (1 ponto); importante para a solução do problema = amarelo (2 pontos); muito importante para a solução do problema = vermelho (3 pontos);

A pontuação final obtida por somatório, apresentada na última coluna da Tabela 2, reflete as soluções, medidas e ações prioritárias para o PAF. As ações com maior pontuação indicam medidas capazes de solucionar, com mais efetividade, o maior número de problemas terminais.

1. Definir parâmetros e diretrizes para o monitoramento da zona costeira (dados físicos);
2. Realizar seminário/workshop para diagnosticar as estruturas de dados existentes;
3. Identificar lacunas e sobreposições de monitoramento;
4. Incluir o programa de educação ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítimo;
5. Promover fóruns de discussão e integração dos planejamentos setoriais (divulgar estudos de cenários e dimensionamento da demanda portuária do Brasil, considerando outros setores (SEP)); apresentar os diversos planejamentos setoriais no GI-Gerco; disponibilizar os respectivos bancos de dados e apresentar Plano Nacional de Gestão Pesqueira (MPA);
6. Elaborar planejamento para a ZC no âmbito do GI-Gerco, para inserção no PPA Federal (2016-19);
7. Efetivar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na Atividade Portuária (SEP);
8. Reavaliar os incentivos/condicionantes à adesão ao Projeto Orla;
9. Identificar e diagnosticar as insuficiências da gestão de resíduos sólidos e efluentes nas áreas portuárias e embarcações;
10. Construir proposta de operacionalização do Sigerco, considerando sistemas existentes;
11. Promover ações de treinamento e capacitação voltados para a zona costeira;
12. Produzir diagnóstico de saneamento por município costeiro;
13. Elaborar projeto-piloto de integração de instrumentos de ordenamento territorial a ser utilizado no município;
14. Integrar e articular o Projeto Orla aos planos diretores municipais;
15. Atualizar o macrodiagnóstico da zona costeira, a partir da integração das dimensões ambiental, econômica, social e cultural (definir linhas com informações dos diversos órgãos federais,

- estaduais e municipais, para elaborar uma análise da zona costeira);
16. Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira (definir objetivos quinquenais dos diversos órgãos e realizar alinhamento estratégico entre a União, estados e municípios);
17. Formação e atuação efetiva da comissão tripartite (LCP nº 140);
18. Dar efetividade aos planos municipais de resíduos sólidos nos municípios costeiros;
19. Executar a estatística pesqueira em nível nacional.

Tabela 2: Quadro-síntese de ações apresentando os critérios utilizados para as priorizações.

		PROBLEMAS TERMINAIS SELECIONADOS NA OFICINA													
		SOLUÇÕES, MEDIDAS E AÇÕES													
		Efetividade, exequibilidade, fonte de financiamento e rastreabilidade													
		Baixa internalização da dimensão ambiental nas políticas setoriais (Ptos: 32)													
		Falta de monitoramento sistemático para ZC (Ptos: 28)													
		Falta de estudos integradores sobre atividades setoriais e usos estratégicos na área costeira (Ptos: 27)													
		Descontinuidade de gestão (Ptos: 26)													
		Falta de integração e difusão de dados (Ptos: 24)													
		Ausência da utilização ou baixa utilização e integração do conhecimento produzido (Ptos: 20)													
		Falta implementar o Projeto Olta nos municípios para ordenamento territorial nos espaços litorâneos (Ptos: 19)													
		Falta de saneamento em núcleos urbanos (Ptos: 15)													
		Gestão de resíduos sólidos e efluentes nas atividades portuárias e embarcações insuficiente (Ptos: 14+)													
		Conflito entre as instituições de controle legal (MPF, MPE, Instâncias Jurídicas, Executivo) (Ptos: 14)													
		Baixa divulgação dos instrumentos de planejamento e seus benefícios (Ptos: 13)													
		Pesca insustentável (Ptos: 12)													
															TOTAL
1	5	1	3	2	2	3	2	1	1	1	1	1	2	2	21
2	5	1	2	2	1	3	3	1	1	1	1	1	2	1	19
3	5	1	3	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	2	17
4	5	2	1	0	2	1	2	2	0	2	0	0	2	2	16
5	4	3	2	3	2	2	3	2	1	1	1	2	3	1	25
6	4	2	2	2	3	2	2	3	1	1	1	1	2	1	22
7	4	2	1	1	3	1	1	1	2	3	1	1	0	0	17
8	4	1	0	1	2	0	0	3	2	2	0	1	1	1	13
9	4	1	1	2	2	1	1	0	1	3	1	0	0	0	13
10	4	0	1	2	1	3	3	0	0	1	0	0	1	1	12
11	3	3	1	1	3	2	3	2	1	2	2	3	2	2	25
12	3	1	1	2	2	1	1	2	3	2	1	1	0	0	17
13	3	1	0	2	3	0	1	3	1	1	2	2	0	0	16
14	3	1	1	1	3	1	1	3	0	0	2	2	0	0	15
15	3	1	1	3	1	3	2	0	0	1	0	0	2	14	
16	2	2	2	3	2	2	1	1	1	0	1	2	1	1	18
17	2	1	0	1	2	0	0	0	0	1	3	0	0	0	8
18	1	2	1	1	3	1	1	2	2	3	2	1	0	0	19
19	1	0	2	1	2	2	2	1	0	1	0	1	3	15	

Os resultados foram sistematizados na forma de um quadro de ação, pela equipe do MMA e SPI MP, validado na 49^a sessão do GI-Gerco realizada em 6/8/2014 (Tabela 3).

Tabela 3: Quadro de ação preliminar para o III PAF-ZC (biênio 2015-2016).

Nº da ação (prioridade)	Soluções, Medidas e Ações	Observação	Identificação do responsável pela ação, medida ou solução e fonte de recurso
01	Definir parâmetros e diretrizes para o monitoramento da zona costeira (dados físicos)		MCTI/MMA/Ibama e MB
02	Realizar seminário/workshop para diagnosticar as estruturas de dados existentes	Atividade preparatória para definir parâmetros e diretrizes para o monitoramento da zona costeira	MCTI/MMA/Ibama e MB
03	Identificar lacunas e sobreposições de monitoramento		MCTI/MMA/Ibama e MB
04	Incluir programa de educação ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítimo		MB/MMA
05	Promover fóruns de discussão e integração dos planejamentos setoriais. Divulgar estudos de cenários e dimensionamento da demanda portuária do Brasil, considerando outros setores (SEP- Gerco). Apresentar os diversos planejamentos setoriais no GI-Gerco e disponibilizar os respectivos bancos de dados. Apresentar Plano Nacional de Gestão Pesqueira (MPA).		GI-Gerco
06	Elaborar planejamento para a ZC no âmbito do GI-Gerco para inserção no PPA Federal (2016-19)		GI-Gerco/MP
07	Efetivar o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na Atividade Portuária (SE Portos)		SEP/Antaq/MPF
08	Reavaliar os incentivos/condicionantes à adesão ao Projeto Orla		GI-Gerco (GT específico)
09	Identificar e diagnosticar as insuficiências da gestão e resíduos sólidos e efluentes nas áreas portuárias e embarcações		SEP/Antaq
10	Construir proposta de operacionalização do Sigerco, considerando sistemas existentes		MMA/Ibama
11	Promover ações de treinamento e capacitação voltados para a zona costeira		GI-Gerco em GT específico para definir formato, ementa, público e locais
12	Producir diagnóstico de saneamento por município costeiro		MCidades/G-17/Abema/Anamma
13	Elaborar projeto-piloto de integração de instrumentos de ordenamento territorial a ser utilizado no município		MMA/MCidades /MI/MP-SPU

Nº da ação (prioridade)	Soluções, Medidas e Ações	Observação	Identificação do responsável pela ação, medida ou solução e fonte de recurso
14	Integrar e articular o Projeto Orla aos planos diretores municipais		MMA/MCidades
15	Atualizar o macrodiagnóstico da zona costeira a partir da integração das dimensões ambiental, econômica, social e cultural. Definir linhas de base com informações dos diversos órgãos federais, estaduais e municipais, para elaborar uma análise da zona costeira	Etapa preparatória para o macro-zoneamento da ZC	CCZEE/GI-Gerco/Consórcio ZEE Brasil
16	Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira. Definir objetivos quinquenais dos diversos órgãos e realizar alinhamento estratégico entre a União, estados e municípios		CCZEE/GI-Gerco/Consórcio ZEE Brasil
17	Formar e atuar efetivamente a comissão tripartite (LCP nº 140)		MMA, MP e MPF (DOU de 10/6/13, MMA, pág. 76 e Portaria nº 204, de 7/6/2013)
18	Dar efetividade aos planos municipais de resíduos sólidos nos municípios costeiros		MCID/MI/MPF
19	Executar a estatística pesqueira em nível nacional (competência legal do IBGE)		MPA/MP

Foi definido, ainda, que o modelo de gestão do III Plano de Ação Federal para a Zona Costeira inclui o acompanhamento das ações do III PAF-ZC nas sessões ordinárias do GI-Gerco e que seu monitoramento é pauta obrigatória da agenda.

Após validado o Quadro de Ações, teve início a etapa de pontuação e aprovação junto aos setores/segmentos envolvidos, por meio de reuniões bilaterais, a saber:

- 25/8/2014: MCTI
- 2/9/2014: MB
- 5/9/2014: Ibama
- 10/9/2014: MCidades
- 24/9/2014: Antaq
- 1º/10/2014: MPA
- 20/10/2014: MMA/ZEE
- 25/11/2014: MMA/DAU

Nessas reuniões foram validadas 15 ações e definidos alinhamentos tanto de prioridades quanto dos responsáveis. Destaca-se que a Ação 3 foi validada, entretanto, foi incorporada à Ação 1. As ações não aprovadas/validadas para este primeiro biênio do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira foram as seguintes:

- Elaborar projeto-piloto de integração de instrumentos de ordenamento territorial a ser utilizado no município (Ação 13);
- Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira; definir objetivos quinquenais dos diversos órgãos e realizar alinhamento estratégico entre a União, estados e municípios (Ação 16);
- Formar e atuar efetivamente a comissão tripartite (LCP nº 140) (Ação 17).

A ação “Elaborar planejamento para a ZC no âmbito do GI-Gerco para inserção no PPA Federal (2016-19)” (ação 06) foi retirada do PAF 2015-16 na 51ª Sessão do GI-Gerco a pedido do Ministério do Planejamento (propONENTE DA AÇÃO) em função de alterações metodológicas no processo de elaboração do PPA.

A 52ª Sessão do GI-Gerco deliberou e aprovou a entrada de mais duas ações “Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na Linha de Costa” (Ação 15) e “Promover o Projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro” (Ação 16). Desta forma chegou-se à estrutura final do Plano de Ação Federal 2015-16.

Ministério do
Meio Ambiente

